

Em 336 dias General Silva e Luna não conseguiu tapar os buracos da cidade

■ Página 6

Tribuna Popular **EXCLUSIVO**

Foz do Iguaçu, 2 a 8 de dezembro de 2025 | Edição 425 | Ano XII | R\$ 3,00

SEM LICITAÇÃO, PREFEITURA

DE FOZ GASTA R\$ 2,5 MILHÕES

COM DECORAÇÃO DE NATAL



■ O valor excede o limite legal em impressionantes 3.790%. Um desvio monumental das regras, da lógica administrativa e, principalmente, do compromisso moral com o dinheiro público

■ Vereadora Valentina Rocha acusa gestão Silva e Luna de improviso e "urgência fabricada" e aponta incompetência administrativa do governo incapaz de organizar até "eventos previsíveis, como o Natal; "A emergência é criada pela própria prefeitura"

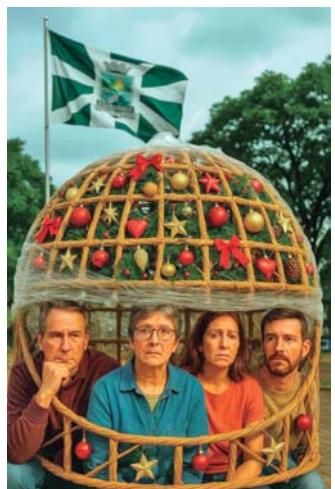
■ Páginas 4 e 5



Vereador Cabo Cassol, o "Líder" que não apita nada

■ Página 3

PRETO NO BRANCO



ARAPUCA DE LUZ

Foz do Iguaçu finalmente ganhou uma decoração que representa o ano inteiro de gestão pública: uma arapuca gigante, montada com bambu e plástico filme, no coração da cidade. Nada mais simbólico. É como se a Prefeitura tivesse olhado para 2025 e pensado: "Vamos resumir tudo isso numa obra só". Ali está o reflexo: promessas que não viraram projetos, projetos que não viraram obras, obras que não viraram nada. A arapuca é o monumento perfeito da administração, entra quem acredita, sai quem consegue. No lugar de brilho, um aviso silencioso: cuidado, a armadilha está montada. E já vem com lacinho de Natal.

PISCA-PISCA DA COPEL

Entre sábado e domingo, Foz viveu o famoso "pisca-pisca oficial da Copel". Não era decoração de Natal, era a rede elétrica piscando na cidade inteira. Oscilações, quedas rápidas, regiões inteiras apagando e acendendo como se alguém tivesse colocado o disjuntor no modo discoteca. Enquanto a prefeitura não entrega luz, pelo menos a Copel tentou fazer sua parte... mesmo sem querer. No fim, o espírito natalino chegou assim: no susto, no tranco e no escuro.

PAGUE BEM, PASSE BEM

O novo pedágio digital ganhou orientação em espanhol para argentinos e paraguaios. Um gesto simpático, claro, afinal, turistas são bem-vindos. Especialmente os que pagam sem reclamar. Enquanto o fozdoiguazuense tenta se virar com as filas, o cadastro e o QR Code que nunca reconhece nada, nossos vizinhos já recebem instruções turbinadas. É o famoso slogan do progresso: pagando bem, que mal tem? No Brasil, a experiência do turista é prioridade. A do morador... fica na promessa.

DOIS CAMINHOS, UM PREFEITO

Quem o prefeito Joaquim Silva e Luna vai apoiar para deputado estadual? O empresário Deoclécio Duarte, do PL, seu partido, ou o vice-prefeito Ricardinho, do PSD? Eis o dilema elegante. De um lado, fidelidade partidária. Do outro, fidelidade de gabinete. No fim, política é isso: uma dança bonita cheia de passos calculados. Cada gesto é um aceno. Cada silêncio vale uma cadeira. E quando o prefeito finalmente escolher, a cidade descobrirá não quem ele apoia, mas quem ele teme perder.

MUDANÇA DE PLANTÃO

O Hospital Municipal mudou o comando: Iélita sai, Áureo entra. Ela deixa a Direção-Geral como quem entrega um plantão longo, desses que marcam o corpo e a alma. Falou em compromisso, em futuro saudável, em luta contínua, e ninguém duvida que falou a verdade. Já Áureo chega com currículo robusto, de quem sabe liderar, planejar e comandar. O hospital segue, como sempre, no fio da navalha: entre o milagre diário de salvar vidas e o desafio constante de uma saúde pública que nunca dorme. O turno muda, mas a batalha continua.



Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Vereador Cabo Cassol, o "Líder" que não apita nada

Dos 15 vereadores, somente 6 formam a base do prefeito General Silva e Luna. Se fossem apenas minoria numérica, já seria motivo de atenção. Esses 6 comportam-se como cordeirinhos obedientes a um comandante que não aceita discordância

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Algumas cenas da política de Foz do Iguaçu beiram o cômico, ou o trágico, dependendo do ponto de vista. E nada ilustra melhor esse espetáculo do que a peculiar composição da Câmara Municipal.

Dos 15 vereadores, somente 6 formam a base do prefeito General Silva e Luna. Se fossem apenas minoria numérica, já seria motivo de atenção. Mas o problema é mais profundo. Esses 6 (Bosco Foz, Cabo Cassol, Dr. Raniere Marchioro, Paulo Debrito, Sidnei Prestes e Soldado Fruet) comportam-se como cordeirinhos obedientes a um comandante que não aceita discordância.

E pior, acreditam piamente que são os donos do poder dentro da casa de leis.

Enquanto isso, os 9 vereadores do grupo autodenominado "Independente" (Adnan El Sayed, Adriano Rorato, Anice Gazzoui, Balbinot, Beni Rodrigues, Evandro Ferreira, Professora Marcia Bachixte, Valentina Rocha e Yasmin Hachem) ainda sustentam a velha máxima republicana. Onde os poderes são independentes, e o Executivo não manda no Legislativo. A frase militar "ordem dada é ordem cumprida" não encontra eco na casa de leis. Nem poderia quando as ordens vêm carregadas de interesses nebulosos e não atendem aos reais anseios da população.

E é aqui que entra a matemática, essa ciência ingrata



para quem gosta de distorcer a realidade. Não existe interpretação possível em que 6 seja maior que 9. Ainda assim, a base do prefeito insiste em acreditar que domina a Câmara. Fica então o desafio: provem, nem que seja com malabarismos políticos, como 6 vereadores conseguem ser mais fortes que 9.

O "líder"

No papel, o líder do prefeito é o vereador Cabo Cassol, tendo Sidnei Prestes como vice-líder. Pelo menos no papel. Porque na prática, a liderança que Cassol acredita exercer derreteu mais rápido que a popularidade do prefeito que ele defende. Basta lem-

brar quando, no início do mandato, a base aliada contava com 13 vereadores. Hoje, depois de 11 meses de governo, restam apenas 6. Se isso é liderança, fica difícil imaginar o que seria fracasso.

A metáfora militar cai como uma luva. Eduardo Bolsonaro, em seu delírio antidemocrático, dizia que bastava "um soldado e um cabo" para fechar o STF. O resultado todos conhecem: os "soldados e cabos" estão presos na Papuda, e o pseudo mentor da frase foi condenado a 27 anos. Em Foz do Iguaçu, parece que o General Silva e Luna tentou replicar a fórmula: escolheu seu "soldado" e seu "cabô".

Mas diferentemente do

Brasil, onde a Justiça cumpriu seu papel, em Foz o cabo sequer conseguiu organizar a tropa. Uma verdade permanece imutável tanto no quartel quanto na política, cabo nunca será líder de um general.

O desmoronamento

A queda da base aliada acompanha a queda vertiginosa da popularidade do prefeito. Quando assumiu, em janeiro de 2025, o General Silva e Luna ostentava 86% de aprovação. Hoje, 11 meses depois, amarga míseros 12%. E mesmo diante desse abismo político, o vereador Cabo Cassol demonstra uma tranquilidade quase desconectada da realidade. Segundo ele, 12% "ain-

da está bom". O motivo? Para se reeleger, Cassol calcula que precisa de apenas 1,5% de aprovação, o equivalente a 3.000 votos.

Ou seja: Enquanto a cidade afunda em problemas administrativos, a saúde se deteriora, o trânsito vira uma máquina de multas e a população perde a paciência com o autoritarismo incompetente da atual gestão, o "líder" do governo está preocupado apenas com sua própria sobrevivência eleitoral.

Talvez essa seja a única liderança que Cabo Cassol realmente exerce. A liderança de si mesmo. Porque, dentro da Câmara, o que se vê é claro, ele não apita nada.

ESCÂNDALO NATALINO

Sem licitação, prefeitura de Foz gasta R\$ 2,5 milhões com decoração de natal

O valor excede o limite legal em impressionantes 3.790%. Um desvio monumental das regras, da lógica administrativa e, principalmente, do compromisso moral com o dinheiro público

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A administração do prefeito General Silva e Luna parece ter inaugurado um novo capítulo na já desgastada relação entre poder público e responsabilidade fiscal em Foz do Iguaçu. A Fundação Cultural, comandada pelo diretor-presidente Dalmont Pastorelo Benites, autorizou a contratação direta, sem licitação, da empresa Bambusa Arquitetura Ltda., por impressionantes R\$ 2,5 milhões para a ornamentação natalina de 2025. O problema? A dispensa de licitação simplesmente não encontra respaldo na legislação para valores desse porte.

A pergunta que fica é inevitável: a prefeitura esqueceu que o Natal acontece todos os anos em dezembro? Ou o



DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Lei nº 3.722

Edição Ordinária - Nº 5360 - Ano XXIX - sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Assinado por:
MARLON BOARIA ROZIN
***934.449-**
oxy 28/11/2025 20:00

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Edição Ordinária - Nº 5360 - Ano XXIX
PÁGINA 161 DE 178
28 de novembro de 2025
FUNDAÇÃO CULTURAL - EXTRATO DE CONTRATO - Extrato de Contrato Nº 230

EXTRATO DE CONTRATO

REPÚBLICA-SE, por ter salido com incorreção, o Extrato de Contrato de 27/11/2025, publicado no Diário Oficial do Município nº 5.359 de 27/11/2025, página 115, passando a constar a seguinte redação:

Contrato: 230/2025
Inexigibilidade: 225/2025
Contratante: Fundação Cultural de Foz do Iguaçu - CNPJ: 75.431.439/0001-89
Contratado: BAMBUSA ARQUITETURA LTDA - CNPJ sob nº 48.041.996/0001-00
Objeto: Contratação da empresa BAMBUSA ARQUITETURA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.041.996/0001-00, especializada em arquitetura cenográfica e estruturas artísticas em bambu, detentora da metodologia autoral e certificada por RRT/CAT-CAU em projetos similares, para a concepção, produção, instalação e remoção de esculturas decorativas em bambu destinadas à programação oficial do Natal de Foz do Iguaçu 2025
Data de prestação do serviço: entre 28 de novembro de 2025 até 07 de janeiro de 2026.
Valor do Contrato: R\$ 2.440.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta mil reais)
Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta dias) dias, contados de 28 de novembro de 2025.
Dotação: 31.01.13.392.0310.2184.3.3.90.39 - Fonte 1001.. / 31.01.13.392.0310.2184.3.3.90.39 - Fonte 1.505.
Data de assinatura: 27 de novembro de 2025.

Dalmont Pastorelo Benites
Diretor Presidente
Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

"imprevisto" foi conveniente demais, permitindo empurrar à população uma contratação sem transparência, alegando falta de tempo para realizar o devido processo legal? Fica difícil acreditar em coincidência quando se trata de uma gestão que se apresenta como técnica, rígida e comprometida com o controle de gastos.

A Nova Lei de Licitações, sancionada em 2021, estabelece que, em 2025, a dispensa de licitação só pode ocorrer em serviços ou compras até R\$ 62.725,59. Valor cerca de 38,9 vezes menor que o contratado. A empresa escolhida, sediada em Maringá e com pouco mais de três anos de existência, jamais prestou serviços públicos em Foz do Iguaçu e, sem qualquer competição ou justificativa plausí-

vel, tornou-se responsável pelo contrato nº 225/2025, firmado por R\$ 2.440.000,00. Com vigência de apenas 60 dias a partir de 28 de novembro.

O resultado é um escândalo difícil de disfarçar. O valor excede o limite legal em impressionantes 3.790%. Um desvio monumental das regras, da lógica administrativa e, principalmente, do compromisso moral com o dinheiro público.

Fica cada vez mais evidente que a falta de preparo, ou de interesse na gestão pública, abre portas para decisões questionáveis e para aproveitadores que enxergam na máquina pública uma mina de ouro. A prometida "austeridade" do governo Silva e Luna, tão repetida na campanha eleitoral, parece ter ficado apenas nos palanques e jingles. O termo, que deveria representar

responsabilidade, moderação e zelo pelo orçamento, se esfarela diante de uma dispensa de licitação grotescamente incompatível com a lei.

Nas redes sociais, o sentimento é de indignação: "Eu votei nesse general que se dizia especialista... isso é uma traição ao que ele prometeu!", desabafou um eleitor revoltado. Outro foi além: "Ele se mostrou uma farsa! Falou bonito na campanha, mas na prática está fazendo o que todos os outros fizeram antes dele. Consegui ser pior que o Daijó!".

Entre discursos de moralidade e práticas que desafiam a legalidade, a gestão municipal aproxima-se perigosamente do descrédito total. Foz do Iguaçu esperava austeridade. Recebeu um escândalo de Natal.

ESCÂNDALO NATALINO

Valentina Rocha acusa gestão Silva e Luna de improviso e "urgência fabricada"

Vereadora aponta incompetência administrativa do governo incapaz de organizar até eventos previsíveis, como o Natal; "A emergência é criada pela própria prefeitura"

Da redação

Foto: Reprodução

A vereadora Valentina Rocha (PT) elevou o tom das críticas contra a gestão Silva e Luna (PL), afirmando que o escândalo envolvendo a dispensa de licitação de R\$ 2,5 milhões para a decoração de Natal expõe um modelo administrativo baseado no improviso, na falta de coordenação e naquilo que ela define como "urgência fabricada", quando situações artificiais servem para justificar contratações sem concorrência. Para a parlamentar, o caso não é um acidente: é o retrato fiel de um governo que patina em tarefas básicas de planejamento.

Segundo Valentina, a prefeitura transformou um evento anual e inteiramente previsível em uma corrida desesperada de última hora. O contrato com a empresa responsável pela ornamentação foi assinado no dia 27 de novembro, com início dos serviços já no dia seguinte, tempo insuficiente para justificar qualquer ausência de licitação. "O Natal não é surpresa para ninguém. A única surpresa é a incapacidade da gestão de se orga-



nizar minimamente para realizá-lo dentro da lei", afirmou a vereadora.

Ela aponta que a administração iniciou o planejamento do Natal apenas no segundo semestre, sem formar uma comissão específica e sem apresentar cronograma público, o que resultou em remanejamentos tardios e decisões atropeladas. Para Valentina, esse atraso não é um problema técnico, mas político: "A prefeitura cria o próprio caos, empur-

rando tudo para novembro, e depois usa o relógio como desculpa para contratar quem quiser, como quiser", disse. "Isso não é emergência, é estratégia."

A vereadora também critica o desmonte da política cultural do município. Há meses sem publicar editais do Fundo Municipal de Cultura, a cidade depende de incentivos nacionais enquanto falha em estruturar suas ações locais. No caso do Natal, a ausência de governança se soma ao rema-

nejamento emergencial de R\$ 2 milhões do Turismo para a Cultura, enviado à Câmara quando já não havia tempo para um processo transparente. "O governo não planeja, não articula e não acredita na participação. Ele apenas executa às pressas para justificar decisões que não passariam por um processo competitivo", disse.

Para Valentina, a incompetência da gestão se tornou estrutural. O caso da decoração natalina demonstra uma admi-

nistração incapaz de cumprir etapas mínimas, como planejamento antecipado, criação de comissões técnicas, execução previsível e respeito às regras da Lei de Licitações. "A prefeitura transformou a desorganização em rotina", disse. "E quando a desorganização vira rotina, a população paga a conta. Nossa papel enquanto vereadora é fiscalizar e denunciar todos esses absurdos. É o que eu continuarei fazendo", finaliza.

Kero Japa EXPRESS

Faça seu pedido

99942-7661

facebook.com/kero.japa.express

@kerojapaexpress

SÍMBOLO DE INCOPETÊNCIA

Em 336 dias General Silva e Luna não conseguiu tapar os buracos da cidade

A terra das maravilhas naturais virou, para seus habitantes, a capital do buraco

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Foz do Iguaçu, cidade mundialmente admirada pelas Cataratas e pela grandiosidade da Itaipu Binacional, vive um contraste humilhante: enquanto atrai turistas do mundo inteiro, seus próprios moradores convivem diariamente com crateras no asfalto, vias esburacadas e um cenário urbano que lembra abandono, descaso e improviso. A terra das maravilhas naturais virou, para seus habitantes, a capital do buraco. E a pergunta que ecoa nas rodas de conversa, nas redes sociais e nas filas dos postos de combustível é inevitável: o General Silva e Luna vai continuar à frente da prefeitura ou será expurgado pela própria incompetência administrativa que demonstra?

O mais irônico é que o responsável por esse caos é justamente o homem que prometeu domínio técnico sobre o assunto. General Silva e Luna, em campanha, repetia com orgulho ter passado quase 30 anos fazendo asfalto na Amazônia, um verdadeiro "especialista" no tema, segundo ele mesmo. Mas bastaram 336 dias de governo para que a população percebesse que o discurso era muito mais sólido que a prática. Porque de asfalto, só sobrou a poeira.

Para completar o desastre, a escolha da secretária de Obras, Thaís Escobar, só potencializou o caos. Com diploma impecável e currículo elogiável, não conseguiu entregar o básico: tapar buracos. Ficou evidente que, no serviço público, teoria sem prática é como asfalto sem compactação, rompe na



primeira chuva. E, convenhamos, se a gestão tivesse um mínimo de humildade, poderia ter aprendido com quem realmente entende do assunto: Paulinho Tapa-Buraco, figura simples, mas lendária,

que conhece cada rua, cada remendo e cada técnica que não se aprende em faculdade alguma.

A distância entre a fantasia dos discursos e a realidade dos motoristas desviando

crateras é abissal. E o calendário não perdoa: neste 2 de dezembro de 2025, completam-se 336 dias de governo, restando apenas 29 para o fim do ano. E, até agora, nenhuma das promessas repetidas

durante a campanha virou realidade. Nenhuma. As poucas inaugurações exibidas nas redes oficiais são resquícios, obras herdadas e deixadas prontas pela gestão anterior de Chico Brasileiro.

O choque de gestão prometido pelo General Silva e Luna virou um curto-circuito administrativo. O prefeito importou secretários, montou uma tropa de confiança e anunciou soluções mágicas. No fim, entregou improviso, equívocos e uma cidade abandonada. Transformou, em menos de um ano, a esperança que muitos depositaram nele em vergonha pública.

Se a prefeitura fosse um quartel, a operação já teria sido abortada. O general que se apresentava como "salvador da pátria" tornou-se o embaixador do improviso, porta-voz da desordem e símbolo de uma gestão que não sabe planejar, não sabe executar e, pior, não sabe ouvir. Sua tropa? Oficiais aposentados, que circulam pelos corredores da prefeitura como se ainda dessem ordem unida, mas tropeçam em papéis, decretos e protocolos que não compreendem.

A população já percebeu: o erro não foi apenas entregar as chaves da cidade a um militar. Foi entregar o futuro a alguém que governa como se administrasse um quartel autoritário, isolado, cercado de assessores despreparados e sem nenhum compromisso verdadeiro com a função pública.

Os buracos das ruas são apenas o sintoma visível. O buraco é maior e mais profundo e está na maneira de gestão imposta por um militar que não consegue mandar.

Ataque expõe rachadura profunda na direita iguaçuense

A publicação ocorre num momento em que a página Paraná Pop alega ter alcançado 60 milhões de visualizações no último mês, número que dá ainda mais peso ao ataque e amplia seu impacto político

Da Redação, com inf. do Plural

Foto: Reprodução

O ataque publicado pelo perfil Paraná Pop, administrado por Darlon Dutra, escancarou um racha que há meses vinha sendo abafado nos bastidores, mas que agora se firma como um dos maiores conflitos internos da direita em Foz do Iguaçu desde a eleição de 2024.

Ao afirmar que "Foz está nas mãos de uma quadrilha" e responsabilizar o governador Ratinho Junior por "trazer prefeitos incompetentes", Darlon Dutra não apenas mirou no chefe do Executivo estadual, mas atingiu diretamente o prefeito Joaquim Silva e Luna, que chegou ao cargo justamente pela articulação de Ratinho e pela chancela do bolsonarismo.

A publicação ocorre num momento em que a página Paraná Pop alega ter alcançado 60 milhões de visualizações no último mês, número que dá ainda mais peso ao ataque e amplia seu impacto político. A resposta do secretário municipal de Comunicação, Cleberson Belino, no entanto, surpreendeu aliados e opositores. Em vez de defender a gestão ou condenar o ataque, Belino escreveu a enigmática frase: "Darlon... você é grande e sabe disso."

A reação foi interpretada internamente como um gesto de afago a um dos mais agressivos críticos do governo, e não como uma defesa institucional. Para assessores



e integrantes das secretarias, a fala representou mais um desgaste para uma administração já fragilizada por pressões simultâneas: perda de base na Câmara, avanço de CPIs e desgaste crescente com órgãos de controle.

O General Silva e Luna encerra seu primeiro ano sem a sustentação que recebeu nas urnas. O grupo de nove vereadores independentes, o G9, funciona hoje como um freio constante ao Executivo, enquanto duas CPIs (Foztrans e Educação) avançam com depoimentos e documentos que impõem desconforto ao Paço. Uma terceira, a CPI do Asfalto, já conta com respaldo do Ministério Público do Paraná, que validou questionamentos sobre R\$ 17,9 milhões em contratos de emulsão asfáltica e aguarda apenas instalação formal.

O contraste entre o discurso ameno de Belino e a postura combativa de outras figuras da gestão também chama atenção. Darlon Dutra

acumula ao menos 14 processos judiciais, muitos deles movidos pela própria administração entre eles o próprio prefeito Silva e Luna, o procurador-geral Rafael Germano Arguello, a secretaria de Obras Thaís Escobar e a superintendente do Foztrans, Aline Maicrovicz, por não aceitarem críticas de gestores públicos. Mesmo assim, o secretário optou por um gesto de aproximação, visto por aliados, sob anonimato, como totalmente desalinhanado do ambiente político tenso que domina a cidade.

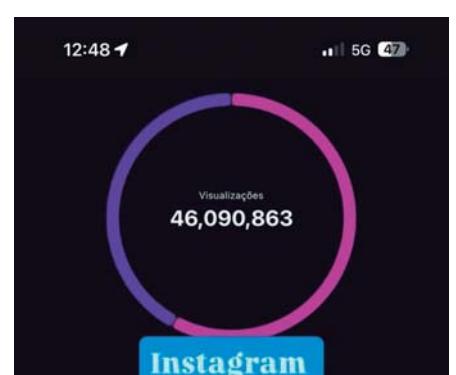
A rachadura na direita, porém, não começou com o episódio desta semana. Ela tem raízes profundas nas eleições de 2024, quando a executiva nacional do PL barrou a candidatura defendida pelo deputado federal Vermelho, a de Paulo Mac Donald, e impôs Silva e Luna como nome oficial do partido. O apoio de Ratinho e do bolsonarismo garantiu vitória no primeiro turno, mas reconfigurou for-



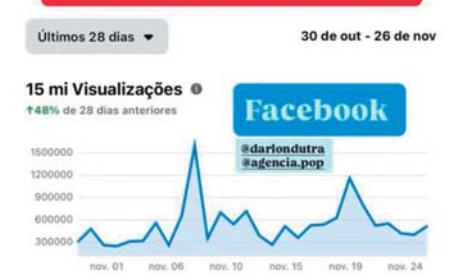
ças internas e reduziu drasticamente o espaço do grupo Vermelho em Foz.

Darlon, que fez campanha na coligação derrotada, tornou-se um dos porta-vozes da ala que nunca aceitou o protagonismo do general. Em abril deste ano, Vermelho deixou o PL alegando desacordos internos, e a separação política se tornou pública e irreversível. Desde então, as redes sociais se transformaram em palco de críticas diretas, indiretas e ataques cruzados entre influenciadores, vereadores e figuras próximas ao deputado.

O episódio desta semana, porém, vai além de um ataque isolado: revela uma direita esfacelada, incapaz de se unir nem mesmo diante de pressões externas. O governo Silva e Luna enfrenta agora não apenas a oposição



O Instagram e o Facebook mais vistos da região Oeste



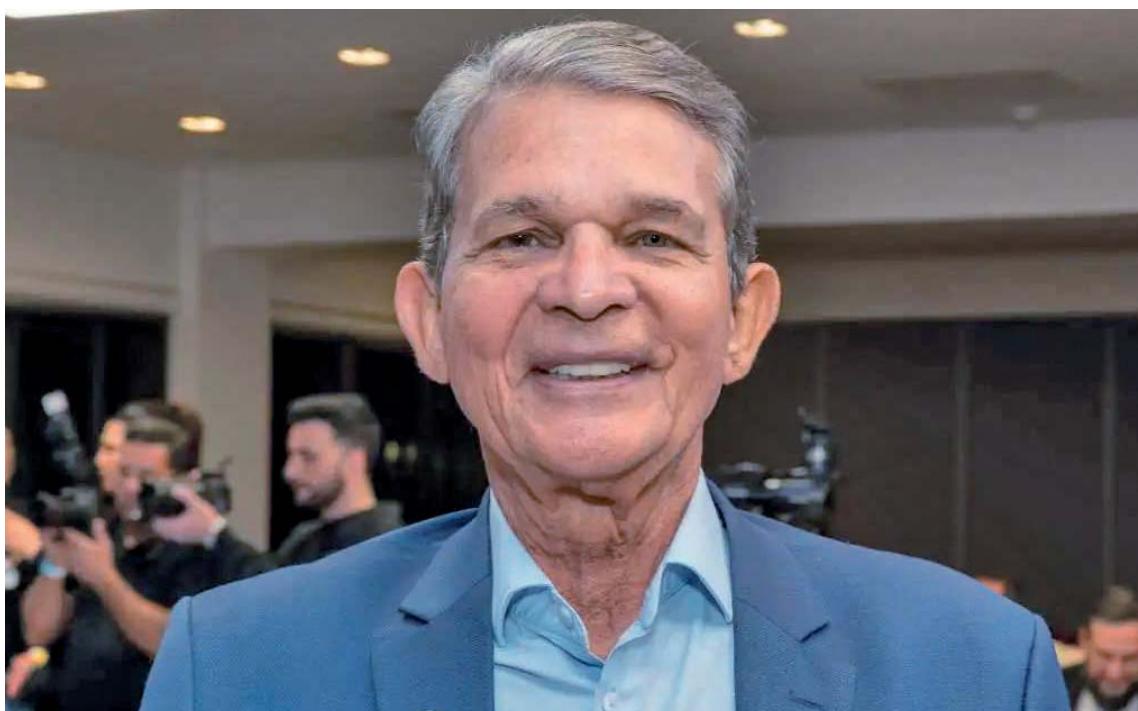
formal, mas também um fogo amigo cada vez mais ruidoso, reforçado por um secretário que, ao invés de conter a crise, parece ter escolhido alimentá-la.

PROCESSO JUDICIAL

MP expõe omissões e falta de transparência da Prefeitura em contratos milionários de asfalto

Promotor Marcos Cristiano aponta ausência de documentos, falhas técnicas e sumiço de informações em licitações que somam mais de R\$ 17 milhões

Da redação



A manifestação do Ministério Público sobre os contratos de emulsão asfáltica a frio revela um retrato preocupante da condução administrativa do prefeito Silva e Luna e da secretaria de Obras, Thaís Escobar. Entre as páginas 347 e 360 de uma ação popular ingressada na justiça por uma cidadã, o promotor Marcos Cristiano Andrade, detalha uma série de omissões, lacunas documentais e violações ao dever de transparência que colocam sob suspeita a lisura dos procedimentos licitatórios e a própria execução das obras viárias no município.

O caso envolve dois procedimentos principais: o Contrato Administrativo nº 118/2025, 20 de maio de 2025 no valor de R\$ 10.292.500,00; e o Pregão Eletrônico nº 039/

2025, realizado em 18 de junho de 2025, ao custo de R\$ 7.616.755,00. Os dois contratos para aquisição de emulsão asfáltica totalizam R\$ 17.909.255,00

Apesar da magnitude dos valores, a Prefeitura não apresentou ao Ministério Público documentos essenciais, como

relatórios técnicos, notas fiscais, justificativas de escolha do material e registros completos de execução. Parte dos contratos sequer foi disponibilizada no sistema oficial de transparência do Município, dificultando o controle social e contrariando a legislação.

Segundo o promotor, não

há comprovação de que o material RL-1C (asfalto frio) adquirido seja "inútil", como alegado pela autora da ação popular. No entanto, essa ausência de conclusão se dá justamente porque a Prefeitura não forneceu os documentos mínimos para permitir a análise técnica. Ou seja, o prejuízo ao erário não está descartado e a gestão municipal não cumpriu seu dever legal de apresentar as informações solicitadas.

Procedimentos obscuros

O promotor Marcos Cristiano Andrade ainda observa que, embora a autora não tenha legitimidade para requerer condenação por improbidade administrativa, os fatos narrados são graves o suficiente para justificar o aprofundamento das investigações. Para o Ministério Público, não há elementos que afastem a suspeita de irregularidades por parte do prefeito Silva e Luna e da Secretaria de Obras, Thaís Escobar - ao contrário: as omissões da gestão reforçam a necessidade de apuração rigorosa.

Contradições do prefeito e da secretária

Outro ponto levantado pelo Ministério Público é a contradição entre o que a Prefeitura afirma e o que efetivamente consta dos autos. Enquanto a gestão tenta sustentar a regularidade das compras, o MP registra que faltam laudos, pareceres, medições e justificativas de engenharia. A própria recomendação da 9ª Promotoria, que alertava sobre riscos no uso do asfalto frio foi simplesmente ignorada pela administração.

de normalidade propagada pela Prefeitura e revela uma administração que atua com fragilidade técnica, pouca transparência e descompromisso com o interesse público. Os contratos milionários podem até ser formalmente válidos, mas a conduta da gestão municipal em ocultar documentos, descumprir recomendações e não prestar contas ao órgão de controle levanta sérias dúvidas sobre a real situação das obras e dos gastos.

Página 1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu

Processo 0039235-86.2025.8.16.0030

Comarca:	Foz do Iguaçu	Situação:	Público
Data de	17/11/2025		
Classe	66 - Ação Popular		
Assunto Principal:	10012 - Dano ao Erário		
Data Distribuição:	18/11/2025	Tipo Distribuição:	Distribuição Automática
Sequencial:	31164	Juiz:	Wendel Fernando Brunieri

Parte(s) do

Tipo: Promovente
 Nome: RENATA LOCATELLI
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -
 Advogado(s) da Parte
 296054-PR PATRICIA CARLA FERNANDES

Tipo: Promovido
 Nome: CAFEEIRIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -

Tipo: Promovido
 Nome: CASA DO ASFALTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA.
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -

Tipo: Promovido
 Nome: EDNA MARIA GASPAR
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -

Tipo: Promovido
 Nome: HERMES RAPHAEL BERTUSSO PALOSCHI
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -

Tipo: Promovido
 Nome: Joaquim Silva e Luna
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -

Tipo: Promovido
 Nome: Município de Foz do Iguaçu/PR
 Data de - RG: - CPF/CNPJ: -
 Advogado(s) da Parte
 905904-PR PÂMELA LIMA DOS SANTOS

30/11/2025 10:32

Página 337

PROJUDI - Processo: 0039235-86.2025.8.16.0030 - Ref. mov. 7.1 - Assinado digitalmente por Wendel Fernando Brunieri
 19/11/2025. PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FOZ DO IGUAÇU - FOFIDH

Atendimento das 12:00 às 18:00h Av. Pedro Barroso, 1.001 - Fórum - Piso Centro - Faz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-556 - Fone: (45) 3308-8118 - Celular: (45) 3308-8118 - E-mail: fofidh@justica.pr.gov.br

Autos nº, 0039235-86.2025.8.16.0030

Processo: 0039235-86.2025.8.16.0030

Classe Processual: Ação Popular

Assunto Principal: Dano ao Erário

Valor da Causa:

R\$17 909.255,00

Autoria:

• RENATA CATTELLI

Reflit:

• EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP

• CASA DO ASFALTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA.

• EDNA MARIA GASPAR

• HERMES RAFAEL BERTUSO PALOSCHI

• Joaquim Silva e Luna

• Município de Foz do Iguaçu/PR

• PAMELA GASPAR

• THAIS RAMOS RIBEIRO ESCOBAR

Trata-se de ação popular proposta com fundamento no art. 5º, LXXXII, da Constituição Federal e na Lei nº 4.717/1965, na qual a parte autora alega a prática de atos administrativos supostamente ilegais e lesivos ao patrimônio público, consistentes na contratação e aplicação de emulsão asfáltica inadequada para via de tráfego intenso, bem como na persistência da Administração em contratações, em tese, violando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e moralidade administrativa.

A Lei nº 4.717/1965, em seu art. 7º, I, "a", bem como o art. 178, I, do Código de Processo Civil, determinam a intervenção do Ministério Público nas ações em que há interesse público evidenciado, atuando como fiscal da ordem jurídica.

Dante do conteúdo da inicial e considerando a natureza da ação popular, verifica-se evidente interesse público primário a justificar a ofixa prévia do Ministério Público.

Assim, intime-se o Ministério Público para que se manifeste sobre os fatos narrados e pedidos formulados na inicial no prazo de 5 dias, considerando-se a existência de pedido liminar, especialmente quanto ao cabimento e à permanência da tutela provisória pretendida, no prazo legal.

Após, retornem.

Diligências necessárias.

Foz do Iguaçu, 18 de novembro de 2025.

Wendel Fernando Brunieri

Documento assinado digitalmente, conforme Lei nº 2.000/2000, Lei nº 11.419/2006, regulamentado pelo Decreto nº 6.785/2009, e pelo Decreto nº 7.047/2010, ambos de 06 de junho de 2009, e pelo Decreto nº 7.048/2010, de 07 de junho de 2010.

Ação denuncia contratos suspeitos e responsabilidade direta do prefeito e da secretaria de Obras

Autora questiona compras, uso irregular de material asfáltico e falta de transparência em licitações que passam de R\$ 17 milhões

Da redação

Foto: Reprodução

A ação popular que motivou a investigação do Ministério Público expõe uma série de irregularidades envolvendo dois contratos de asfaltamento celebrados pela Prefeitura. A autora sustenta que a gestão municipal atuou com descuido técnico, violou normas de engenharia e escondeu informações públicas, criando um cenário de insegurança sobre a real aplicação de recursos que, somados, ultrapassam R\$ 17 milhões.

O primeiro contrato questionado é o de nº 118/2025, no valor de R\$ 10.292.500,00. Ele prevê a aquisição de emulsão asfáltica RL-1C, apontada na ação como inadequada para a finalidade pretendida pelo Município. Segundo a autora, além da escolha inadequada do produto, a Prefeitura teria ignorado recomendações técnicas da 9ª Promotoria de Justiça, que já havia advertido sobre riscos no uso desse tipo de material.

A ação também menciona que, ao longo da atual gestão, teriam sido adquiridas mais de 2.300 toneladas de RL-1C - um volume expressivo que, segundo a autora, não encontra respaldo em qualquer planejamento público apresentado pela Secretaria de Obras. A Prefeitura, no entanto, não juntou aos autos documentos que comprovem onde, como

ou sequer se esse material foi aplicado.

O segundo ponto central da denúncia envolve o Pregão Eletrônico nº 039/2025, que resultou em um registro de preços de R\$ 7.631.755,00 para fornecimento do material. Aqui, a crítica da autora recai sobre a falta de transparência, já que o contrato correspondente sequer foi disponibilizado no sistema oficial do Município.

A ocultação de documentos públicos reforça a suspeita de que a Prefeitura tenta impedir o controle social sobre gastos de alto impacto financeiro.

Responsabilidades de Luna e Thaís

Nas duas situações, a autora aponta responsabilidade direta do prefeito Silva e Luna como ordenador máximo das despesas, e da secretaria de Obras, Thaís Escobar, por sua função técnica e administrativa no planejamento e execução das obras de pavimentação. O pedido apresentado na ação popular inclui a condenação dos agentes públicos envolvidos, além de resarcimento aos cofres municipais, suspensão dos contratos e devolução de eventuais valores pagos indevidamente.

A peça inicial sustenta que houve claro prejuízo ao erário, provocado tanto pela má escolha dos materiais quanto pela ausência de planejamento e pela possível com-



pra de produtos sem utilidade comprovada. Mais grave ainda, segundo a autora, é o comportamento da Prefeitura ao omitir informações - prática que não apenas fere a Lei de Acesso à Informação como compromete a fiscalização da sociedade sobre atos administrativos.

A denúncia também destaca que a Prefeitura adotou postura defensiva e contraditória, alegando regularidade nos procedimentos, mas sem apresentar os documentos que poderiam dissipar dúvidas. Para a autora, essa ausência deliberada de transparência agrava a suspeita de

que a gestão municipal manipula dados e oculta fatos que poderiam comprovar o desperdício de dinheiro público.

Administração sob suspeita

Diante desse cenário, a ação popular pede que a Justiça intervenha para interromper o ciclo de descontrole, improviso e falta de responsabilidade que marca a atual condução da Secretaria de Obras. A crítica é direta: uma gestão que movimenta milhões em contratos, mas não consegue demonstrar de forma clara e objetiva como, onde e por que gastou recursos de tamanha magnitude, compromete a confiança da população e coloca a administração sob suspeita.

PROMOJU - Processo: 0039235-86.2025.8.16.0030 - Ref. mov. 14.1 - Assinado digitalmente por Marcos Cristiano Andrade 20640610889
27/11/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Anz: Manifestação

MPPR
Ministério Público do Paraná

6º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FOZ DO IGUAÇU
Patrimônio Público, Saneamento Fiscal, Fundações e Terceiro Setor

Ação Popular nº. 0039235-86.2025.8.16.0030 – 2ª Vara da Fazenda Pública
Requerente: Renata Locatelli
Requeridos: JOAQUIM SILVA E LUNA e OUTRO_S

MM. Juiz,

1- Ciente de todo o processado;

2- Trata-se de ação popular movida por Renata Locatelli em face a JOAQUIM SILVA E LUNA, THAIS RAMOS RIBEIRO ESCOBAR, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR, CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA, EDNA MARIA GASPAR, PÂMELA GASPAR, ITATIBA ASFALTOS LTDA., e HERMES RAPHAEL BERTUSSO PALOSCHI, com base na Lei nº. 4.717/65.

A autora alega, em síntese, que, por meio do Contrato nº. 118/2025, houve a indevida aquisição e a aplicação inadequada de emulsão asfáltica catiónica RL-1C (asfalto frio), resultando em dano ao erário; inobservância de normas técnicas para o uso do material pré-misturado a frio; descumprimento de Recomendação Administrativa emitida pela 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Foz do Iguaçu-Pr, visto que houve a manutenção do sobreágua ajustado pela Administração atual; ausência de inserção do contrato derivado do Pregão Eletrônico nº. 039/2025 no sistema de controle e transparência das licitações municipais; e, em decorrência de tais situações, violação aos princípios norteadores da Administração Pública (eficiência, economicidade, moralidade, legalidade e publicidade).

Rua Epônimo Sosa, nº. 111, Jardim Polô Centro, Foz do Iguaçu, Telefone (45) 3308-1338, e-mail: fozdoiguacu.mppr.mp.br

Página 347

PROMOJU - Processo: 0039235-86.2025.8.16.0030 - Ref. mov. 14.1 - Assinado digitalmente por Marcos Cristiano Andrade 20640610889
27/11/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Anz: Manifestação

MPPR
Ministério Público do Paraná

6º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FOZ DO IGUAÇU
Patrimônio Público, Saneamento Fiscal, Fundações e Terceiro Setor

b) Pelo indeferimento da pretensão liminar de suspensão da execução do Contrato Administrativo nº. 118/2025 e para determinar que MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR, abstenha-se de realizar novas aquisições de emulsão asfáltica do tipo RL-1C ou produtos equivalentes; e

c) Seja acolhida a pretensão de encaminhamento dos Pregões nºs. 022/2025 e 039/2025, dos relatórios técnicos relacionados aos certames e das notas fiscais, na forma do art. 7º, inciso I, alínea "b"º¹², da Lei da Ação Popular, a fim de instruir a demanda;

3- Oportunamente, protesta-se por nova vista.

Foz do Iguaçu-Pr, data da assinatura digital.

Marcos Cristiano Andrade
Promotor de Justiça
Assinatura digital

12. A ação obedece ao procedimento ordinário no Código de Processo Civil, observadas as seguintes normas complementares: I - Ao despachar a inicial, o juiz comunicará à parte as intimações indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor (art. 1º, § 4º), bem como a de outros que se lhe afigurarem necessários ao esclarecimento das falsas, quando prazo de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento.

Página 309

CASA NO JD. VERANEIO

Vende-se com 2 quartos, sala, cozinha, 2 bwc, piso todo em porcelanato, área grande com ilha, churrasqueira, bwc, garagem para 1 carro, área dos fundos grande com quarto e depósito

Valor: 330.000,00



(45) 99106-0729 | 99986-3769



Soldado Fruet apresenta projeto que cria espaços sensoriais para crianças com TEA

O vereador Soldado Fruet protocolou na CMFI o Projeto de Lei nº 288/2025, que estabelece diretrizes para a criação e implantação do Programa Espaço Sensorial Inclusivo com Materiais Recicláveis

Da assessoria

Foto: Reprodução

No mês de novembro, o vereador Soldado Fruet protocolou na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu o Projeto de Lei nº 288/2025, que estabelece diretrizes para a criação e implantação do Programa Espaço Sensorial Inclusivo com Materiais Recicláveis. A proposta busca transformar praças e parques públicos do município em ambientes adaptados, acolhedores e acessíveis para crianças e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo inclusão, desenvolvimento e sustentabilidade.

O programa tem quatro pilares centrais. O primeiro é a inclusão social, garantindo que pessoas com TEA e suas famílias encontrem nos espaços públicos locais seguros e adequados de convivência e lazer. O segundo é o desenvolvimento sensorial, cognitivo e motor, já que os ambientes serão projetados com estímulos controlados e adaptados às necessidades de quem está no espectro. O terceiro pilar é o compromisso ambiental, com a utilização de materiais recicláveis e reaproveitados na construção dos equipamentos. Por fim, o projeto também visa transformar áreas públicas em locais terapêuticos e educativos, reforçando o papel da cidade como apoiadora da diversidade humana.

As diretrizes apresentadas no texto do projeto apontam que os espaços sensoriais



deverão seguir princípios de acessibilidade universal, segurança, conforto, sustentabilidade e integração entre diferentes setores públicos. A proposta prevê a implantação de ambientes temáticos divididos em áreas táteis, sonoras e visuais, todos construídos prioritariamente com materiais reaproveitados, reforçando o caráter ecológico da iniciativa.

Caso a matéria seja aprovada, a implantação do programa ocorrerá de forma gradativa, considerando critérios como a alta circulação de pessoas e a proximidade de instituições de apoio à pessoa com deficiência. A intenção é que o município estabeleça metas anuais, garantindo a descentralização dos equipamentos e a cobertura de diferentes regiões da cidade.

O projeto também destaca a importância de parcerias para viabilizar a iniciativa.

Cooperativas de reciclagem, instituições de ensino e entidades que atuam no apoio a pessoas com TEA poderão participar tanto na concepção dos espaços quanto no fornecimento de materiais e mão de obra. Para sustentar o programa, a proposta prevê o uso de recursos orçamentários próprios, emendas parlamentares, apoio da iniciativa privada por meio de termos de colaboração ou patrocínio, além da adesão a programas federais e estaduais voltados à inclusão e sustentabilidade.

Outra vertente do projeto é a promoção de ações educativas e de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), aliadas à temática da sustentabilidade. As atividades poderão envolver escolas, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral, ampliando o impacto social da iniciativa.

Com o PL 288/2025, o

vereador Soldado Fruet busca inserir Foz do Iguaçu no movimento nacional e internacional de criação de espaços públicos inclusivos, que acolhem a diversidade e valorizam a cidadania. A proposta agora segue para análise das comissões permanentes antes de ser votada em plenário.

O Projeto de Lei foi apresentado pelo Vereador Soldado Fruet ao Prefeito General Silva e Luna, bem como para os demais secretários de Esporte, Lazer, Juventude e Melhor Idade, Antônio Sapia e do Meio Ambiente, Idelson José Barquete Chaves.

Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI N° 288/2025

Dispõe sobre as diretrizes para a criação e implantação do "Programa Espaço Sensorial Inclusivo com Materiais Recicláveis" em praças e parques públicos do Município, com foco no acolhimento e desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

Autoria: Vereador Soldado Fruet

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes para a criação e eventual implantação, do "Programa Espaço Sensorial Inclusivo com Materiais Recicláveis", doravante denominado simplesmente Programa.

Parágrafo único. O Programa visa à criação, instalação e manutenção de áreas lúdicas, acessíveis e sustentáveis, projetadas para oferecer estímulos sensoriais seguros e controlados, prioritariamente para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais condições que demandem acolhimento sensorial diferenciado.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - promover a inclusão social e a acessibilidade de pessoas com TEA e suas famílias em espaços públicos de lazer e convivência;

II - estimular o desenvolvimento sensorial, cognitivo e motor das pessoas com TEA por meio de ambientes adaptados;

Região sul de Foz sofre quase 20 apagões em apenas 6 horas

Para quem sofreu pela falta de luz, a pergunta é direta e simples. Até quando Foz do Iguaçu terá que suportar viver à mercê da "Luz para Poucos"?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

A Companhia Paranaense de Energia, a tão falada Copel, antes orgulho paranaense, hoje parece ter abraçado um novo slogan não oficial: "Luz para Poucos". E nenhum lugar sente isso com mais força do que a região sul de Foz do Iguaçu, especialmente o Bairro Porto Meira, que neste último sábado, 29, e madrugada de domingo, 30 de novembro de 2025, foi submetido a um verdadeiro calvário elétrico.

Quase 20 apagões em menos de 6 horas. Um recorde negativo digno de uma companhia em franca decadência.

Os cortes começaram por volta das 20h e se estenderam madrugada adentro, deixando famílias no escuro, interrompendo o trabalho de comerciantes e devastando eletrodomésticos, alimentos armazenados e a paciência de quem ainda tenta acreditar no serviço prestado. O pior? Não é a primeira vez. No ano passa-

do, a Copel teve a audácia de culpar "gambás" pelos apagões, uma justificativa tão ridícula que já virou piada em grupos de moradores. Mas a piada perde a graça quando a conta de luz chega sempre em dia, enquanto a energia falta com uma frequência humilhante. Será que desta vez, quem foi eletrocutado foram uma nenhada de gambas?

O impacto dessa instabilidade é direto e devastador. Um comerciante da região, cansado de contabilizar prejuízos, desabafou: "Temos que denunciar. Não sei se é para a ANEEL ou para o Ministério Público, mas temos direito a uma resposta da Copel."

E ele não está sozinho. Cada apagão é um golpe na rotina de milhares de pessoas que dependem de energia estável para trabalhar, estudar, preservar alimentos, realizar tratamentos de saúde ou simplesmente viver com dignidade.

A situação fica ainda mais revoltante quando se observa o cenário estadual e nacional.



Segundo o Sindelpar (sindicato dos Eletricistas do Paraná), citando dados da própria ANEEL, a Copel ocupa hoje a antepenúltima colocação entre todas as concessionárias de energia do Brasil. Sim, pior até que a Enel, conhecida pelos vexames no estado de São Paulo. Copel, uma vergonha

histórica para uma companhia que, por décadas, foi referência de qualidade.

E os dados não param por aí. Reportagem do Plural expôs uma queda vertiginosa da Copel nos últimos anos. De acordo com o ranking anual da ANEEL:

- Em 2021, a Copel era a 10ª colocada.
 - Em 2022, despencou para a 22ª.
 - Em 2023, após a privatização, caiu ainda mais, para a 25ª posição.
 - Em 2024, afundou definitivamente para a 29ª colocação, ficando à frente apenas da CEE (RS) e da Equatorial (GO). Isso significa que, hoje, a Copel é uma das três piores concessionárias de energia do país.
- O índice que mede essa vergonha é o Desempenho Global de Continuidade (DGC), baseado na duração (DEC) e na frequência (FEC)

das interrupções. E, claro, o DGC da Copel subiu de 0,86 para 0,92. Um crescimento que, nesse caso, não significa evolução, mas agravamento da precariedade.

Enquanto isso, a população sofre. Sofre no calor, no escuro, no prejuízo. Sofre com uma companhia que cobra caro, entrega pouco e culpa gambás. Sofre com um governo estadual omisso, que permite que a privatização tenha transformado a Copel em uma sombra do que já foi.

Cada apagão na região sul é mais que falta de energia: é falta de respeito, falta de investimento, falta de compromisso. É o retrato de uma empresa que virou símbolo de incompetência e abandono.

Para quem sofreu pela falta de luz, a pergunta é direta e simples. Até quando Foz do Iguaçu terá que suportar viver à mercê da "Luz para Poucos"?



CATARATAS DE **NATAL**

O CANTO DAS ÁGUAS

UM ESPETÁCULO DE NATAL
DIANTE DO MAIOR CONJUNTO DE
QUEDAS D'ÁGUA DO MUNDO.



4, 5, 6 E 7 DE
DEZEMBRO



PRIMEIRO MIRANTE DAS CATARATAS DO
IGUAÇU, PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

urbia +
CATARATAS
IGUAÇU





NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

FUTEBOL

O técnico Adriano de Souza retorna ao Azulão para a elite do paranaense de 2026

O treinador chega para sua terceira passagem na equipe da fronteira, após ser vice-campeão e garantir o acesso nesse ano



Adriano de Souza em 2024 durante sua primeira passagem em Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu Futebol Clube oficializou a volta de Adriano de Souza ao comando técnico da equipe para a disputa do Campeonato Paranaense 2026. O profissional volta ao Azulão da Fronteira após uma temporada histórica: em 2025, conduziu o Foz ao vice-campeonato estadual e ao acesso à Primeira Divisão.

Depois de sua saída no final da divisão de acesso, Adriano assumiu o América de Pernambuco, onde novamente se destacou. Na equipe pernambucana, também levou o clube ao vice campeonato da Segunda Divisão, de maneira invicta, perdendo a decisão nas penalidades reforçando sua ascensão como treina-

dor e ampliando seu repertório competitivo.

De volta à fronteira, Adriano chega com planejamento, continuidade e um objetivo claro: manter o Foz competitivo na elite estadual e preparar o clube para buscar a vaga na Série D do Campeonato Brasileiro de 2027.

"Foz é uma cidade que me abraçou e um clube pelo qual tenho enorme carinho. Estou muito motivado para iniciar esse novo ciclo, confiante no projeto e na força da nossa torcida. Vamos trabalhar com seriedade para manter o Foz forte no Paranaense e construir o caminho rumo à Série D de 2027", afirmou o treinador.

f Abilio Henrique Bottega
i bottega_77
x Bottega77 @futebolista2
in Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
 críticas e eleogios entre
 em contato
 abiliobottega@hotmail.com

Andrea Araujo



Confira a trajetória de Adriano de Souza

Adriano 41 anos, ainda é um técnico jovem que já possui uma carreira sólida no futebol brasileiro. Antes de retornar novamente ao Foz F.C SAF, acumulou experiências importantes em diferentes centros do país:

■ América-PE (2024-2025) Conquistou o título da Série A3, em 2024, além de levar o clube à final da A2 nesse ano.

■ Atlético de Alagoinhas (BA) (2025) e Barcelona de Ilhéus (BA) (2025) Disputou competições como Copa do Brasil, Campeonato Baiano e Série D.

■ Náutico (2018 a 2022) - Iniciou sua trajetória como preparador físico e treinou as categorias Sub-15, Sub-17 e Sub-20.

■ Vasco da Gama (2022) - Atuou como coordenador técnico da base.

■ Cruzeiro (2024) Técnico do Sub-17.

■ Aymorés (MG) e Campinense (PB) - (2023) Trabalhou como auxiliar técnico.

■ Vitória-PE (2023) e Pombal EC (PB) (2024) Comandou equipes profissionais.

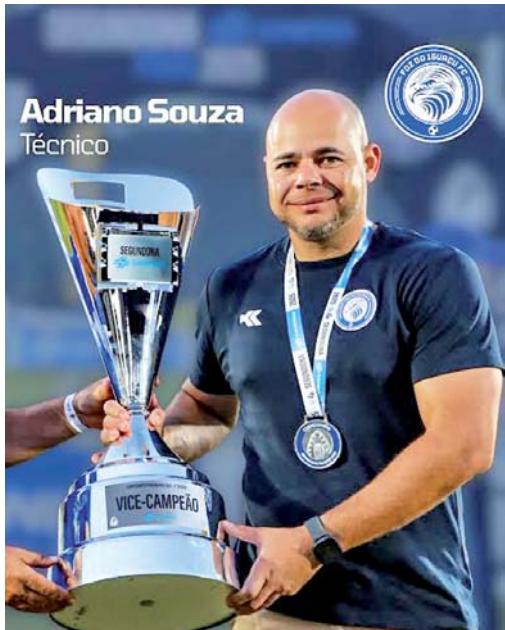


Foto: Franz Amorim (Foz F.C - SAF)

Conheça a comissão técnica do Azulão



Foto: Franz Amorim - Foz F.C

George, Rodrigo, Matheus e Adriano, comissão técnica do Azulão

■ Rodrigo Mariano Santana - Preparador físico retorna ao Foz para comandar a preparação física no Paranaense 2026. Parte fundamental do acesso em 2025, Mariano trabalhou no América-PE ao lado de Adriano e possui experiência em clubes como Atlético de Alagoinhas e Náutico, Vitória das Tabocas, Pombal e Cabense - PE.

■ Matheus Camara - Preparador de goleiros está de volta ao Azulão para seguir à frente da preparação de goleiros em 2026. Peça importante no acesso, trabalhou no América-PE, Barcelona de Ilhéus, Atlético de Alagoinhas, Sergipe, Ibis, Retrô FC, Parnahyba, Ipojuca, Torres Brasil, e Pombal - reunindo diversidade técnica e vasta experiência.

■ George Nunes - auxiliar técnico segue no do Azulão para 2026. Pilar importante no acesso da Série B e na disputa da Taça FPF, George reúne passagens por Marcílio Dias, Sport e Santa Cruz, trazendo bagagem e consistência ao projeto.



MASSA É SER
SOLIDÁRIO 
111 EDIÇÃO

A CAMIS ASSESSORIA
É PARCEIRA DESSA CORRENTE DO BEM!
VOCÊ PODE DOAR UMA CESTA BÁSICA
OU ATRAVÉS DO PIX.

Doe uma **cesta básica**
ou **1kg de alimento**.

AS DOAÇÕES PODEM SER FEITAS ATÉ
O DIA 05 DE DEZEMBRO.
A ENTREGA SERÁ NA DATA LIMITE
AO VIVO NA REDE MASSA- SBT.

PARA DOAR:
(45)99920-7450- Amanda Caroline